

**ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO MEIO
AMBIENTE – COEMA/TO.**

31

As oito horas e 30 minutos do dia dois de março de dois mil e onze, no Auditório da Secretaria do Planejamento – SEPLAN foi realizada a 27ª Reunião Ordinária do COEMA. O Presidente Divaldo Rezende informa que temos quórum e declara aberta a reunião. Inicia solicitando a apresentação dos Conselheiros, em seguida passa a palavra a Marli Teresinha que faz a leitura do Ato de Designação nº 822, de 25 de fevereiro de 2011. Marli solicita a apresentação dos Conselheiros que não mudaram. O Presidente informa que solicitou para as próximas reuniões uma mesa redonda já que como conselheiros estão todos no mesmo nível, continua dizendo que é um prazer tê-los aqui e que está assumindo a nova gestão da área ambiental do Estado e o Coema é o instrumento dessa política, e que este será chamado para as questões de interesse do Estado no que diz respeito a desenvolvimento sustentável. Diz ainda que será breve, pois a pauta é extensa e nessa fase inicial temos que apreciar uma minuta de Resolução que trata do licenciamento ambiental unificado, sendo este um ponto de estrangulamento grande no Tocantins e ressalta que precisamos tomar uma atitude, com consciência, com coerência para que as coisas funcionem de forma adequada. Em seguida faz a leitura da pauta: 1. Abertura; 2. Ordem do dia: i) Apresentação de novos Conselheiros; ii) Leitura e aprovação da Ata da 26ª Reunião Ordinária e 5ª Reunião Extraordinária; iii) Apreciação de minuta de Resolução que dispõe sobre o Licenciamento Ambiental Simplificado por adesão ao Manual Ambiental de atividades de pequeno porte. 3. Palavra Livre; 4. Encerramento. Em seguida pergunta se algum conselheiro gostaria de acrescentar algum item a ordem do dia? Não havendo manifestação o Presidente informa que gostaria de acrescentar mais quatro itens na pauta, sendo: i) escolha do Secretário Executivo do Conselho, ii) apresentar as diretrizes ambientais da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e dos Recursos Hídricos, iii) apresentar os passos que o Estado pretende dar para o licenciamento ambiental em larga escala dos imóveis rurais, iv) pedidos de inclusão de instituições para compor este Conselho. O presidente solicita a manifestação dos presentes. Não havendo manifestação contrária a inclusão dos itens é aprovada e informa que por uma questão de ordem é preciso realizar a indicação do Secretário Executivo para facilitar as discussões e demais pontos da pauta. Em seguida faz a leitura da Lei 1.789, de 15 de maio de 2007, art. 3º, inciso III e o Decreto nº 3.603, de 9 de janeiro de 2009, que institui em seu art. 4º, inciso III, que compõem o Coema o Diretor de Recursos Hídricos e Meio Ambiente da Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, seu Secretário Executivo. O Presidente esclarece que essa Diretoria foi extinta e diante disso propõe ao Conselho a seguinte modificação: "compõe o Coema o Secretário Executivo, escolhido pelo Presidente com aprovação de no mínimo 2/3 dos seus membros". Caso os conselheiros aprovem esta modificação faremos gestão para que a Lei e o Decreto sejam modificados. O presidente pergunta se os conselheiros se sentem esclarecidos para votar. Não havendo resposta contrária é colocada em votação. A proposta é aprovada pelos presentes. Em seguida o Presidente indica a Sra. Marli Teresinha dos Santos para a Secretaria Executiva, informa que a mesma é funcionária de carreira do Ministério Público Estadual desde 1991, e que tem uma experiência muito grande na área ambiental, no planejamento estratégico, que a própria já serviu o estado a frente do Naturatins, esteve a frente também de uma grande ONG a The Nacional Conservancy e sempre criou uma série de trabalhos e ações para o meio ambiente do Estado. Seguindo informa que a Presidência recebeu vários pedidos de inclusão ao Coema, mas para que isso aconteça teríamos que modificar a lei e o decreto e sugere que estes participem como convidados, sem direito a voto, e no segundo momento analisar em detalhes a composição do conselho e sugerir ao plenário uma solução. Em seguida coloca em votação a proposta dos solicitantes participarem como convidados. É solicitado pelos conselheiros a leitura das instituições que fizeram a solicitação. O presidente informa que foram OCB/TO, Secretaria das Cidades e Embrapa. O Conselheiro Félix (Indústria e Comércio) sugere que seja feito um perfil da entidade, ou uma caracterização. O Presidente coloca em votação, obtendo quinze votos a favor e uma abstenção. Em seguida o presidente passa a palavra para a Secretária Executiva, que informa que o próximo item da pauta é ii) aprovação das atas da 26ª Reunião Ordinária e 5ª Reunião Extraordinária, comenta que todos receberam a ATA via email e

59 coloca em votação a ATA da 26ª, obtendo treze votos a favor e três abstenções. Em
60 seguida é colocada em votação a ATA da 5ª, sendo onze votos a favor, dois contra e
61 cinco abstenções. A Secretária Executiva apresenta as moções aprovadas na reunião
62 anterior, as quais não foram assinadas pelo Presidente antecedente que são sobre:
63 Vinculação do Naturatins, essa moção foi aprovada, mas como hoje o Naturatins já está
64 vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e dos Recursos Hídricos, não
65 será necessária encaminhar ao Governador, a outra moção é sobre o
66 redimensionamento do Parque do Jalapão e Cantão, e criação do Batalhão Ambiental.
67 Informa que essas moções serão assinadas pelo atual Presidente e encaminhada ao
68 Governador. A Secretária Executiva passa a palavra ao Presidente que fará uma
69 apresentação das diretrizes da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e dos
70 Recursos Hídricos. O Presidente inicia dizendo que quer compartilhar com os
71 conselheiros do Coema quais as diretrizes e ações para a Secretaria, a idéia é para que
72 vocês possam conhecer e ao mesmo tempo contribuir para que possamos aprimorar as
73 estratégias e diretrizes. Um dos motivos para isso é instituir uma política de estado para
74 essas questões, e não de secretário A ou B, mas uma política que atenda os anseios de
75 todos aqueles que atuam no setor. O Presidente diz que são dez as diretrizes, sendo: **1.**
76 *Propiciar a adequação ambiental do imóvel rural de forma ágil, eficiente e obedecendo as*
77 *determinações legais*, informa que está falando em trabalhar com quase setenta mil
78 imóveis rurais nos próximos quatro anos, em termos de organizar o licenciamento, é uma
79 meta agressiva, ousada e nunca feita em nenhum outro estado brasileiro em termos de
80 promover o licenciamento dessas propriedades. **2. Avaliar e valorar os ativos ambientais**
81 *do Estado do Tocantins visando colocá-los num arcabouço econômico que permita sua*
82 *proteção efetiva como determina a legislação ambiental e promover pagamento dos*
83 *serviços ambientais* e ressalta já temos ativos ambientais bastante valorados que é o
84 carbono, mas que temos outros no estado que podemos reverter para recursos,
85 principalmente para manutenção de unidades de conservação, ressalta que está falando
86 de algo inovador que é criar o crédito de biodiversidade, diz que já houve avanços nessa
87 área, que é uma área de domínio de seu conhecimento, que já atua há muitos anos
88 nisso, diz ainda que trouxe uma parceria com NASA e o Serviço Florestal Americano e
89 vários professores internacionais atuando nesse setor. **3. Incentivar os municípios do**
90 *Estado do Tocantins a realizar a gestão ambiental de seu território, com arcabouço legal,*
91 *capacitação e acesso a recursos.* **4. Implementar o projeto Cerrado Sustentável:** melhorar
92 a proteção da biodiversidade em nível de ecossistemas e espécies, Promover o uso
93 sustentável da biodiversidade do cerrado em paisagens produtivas, Fortalecer a política
94 e capacidade do estado de implementar políticas de proteção à biodiversidade, Melhorar
95 o monitoramento do bioma e a disponibilidade de informações em nível de estado, Área
96 geográfica: Porção leste do Estado numa área de 116.000 km². **5. Implementar projetos**
97 *de adaptação às mudanças climáticas com foco em adaptação de infra-estrutura,*
98 *adaptação social e ambiental para enfrentar eventos climáticos extremos de seca,*
99 *incêndio florestal; inundações e outros.* Enfatiza que estamos sentindo esses eventos na
100 nossa região de forma muito forte. **6. Implementar sistema de gestão e manutenção de**
101 *Unidades de Conservação de forma que garanta recursos financeiros para as unidades;*
102 *conservação efetiva da biodiversidade; manutenção dos serviços ecossistêmicos e*
103 *transparência na gestão*, o que estamos chamando de GESTO, os tele centros nas UCs
104 e RPPNs. **7. Incentivar a gestão dos resíduos sólidos nos municípios do Estado do**
105 *Tocantins em parceria com a Secretaria das Cidades e Desenvolvimento Urbano, com a*
106 *criação de arcabouço legal, agilidade e transparência no licenciamento, suporte na*
107 *captação de recursos e capacitação para o gestor municipal.* **8. Incentivar e fortalecer as**
108 *Organizações Ambientais da Sociedade Civil* que atuam no Estado do Tocantins com a
109 construção de formas suporte via instrumentos legais e destinação de fundos. O
110 Presidente comenta que se observados os países da Europa e América, os governos
111 subsidiam as ONGs para que estas atuem nas áreas de interesse do governo, então
112 precisamos criar um mínimo de suporte para que elas atuem de forma eficiente, dentro
113 da nossa política e estratégia de estado. **9. Incentivar a capacitação da equipe da**
114 *SDSRH* para fortalecer a prestação de serviço público e melhoria da gestão ambiental
115 bem como fortalecer o COEMA como instrumento de gestão da política ambiental do
116 estado. O Presidente diz que buscará mecanismos de capacitar os conselheiros e

117 sempre que possível mandar representantes do Conselho participar de eventos nacionais
118 e internacionais, para fortalecer esse núcleo de inteligência que estamos criando. 10.
119 *Implementar ações de contenção dos incêndios florestais* incrementando as ações de
120 combate ao fogo, incentivo aos produtores rurais que não queimam; implemento de
121 sistema de alerta; monitoramento e fiscalização; construção de programa educativo para
122 evitar incêndios florestais. O Presidente avisa que está chamando de educação para a
123 sustentabilidade, diz ainda que este é um passo a frente nas questões de educação
124 ambiental, é integrar todo o ciclo, todo o processo numa visão de futuro e
125 desenvolvimento sustentável. O Presidente finaliza dizendo que estas são os 10
126 princípios básicos, mas que não significa que serão somente nessas áreas, mas que
127 estas são as prioridades que gostaria de compartilhar e receber contribuições, naquilo
128 que possa fortalecer toda essa estratégia. O Presidente informa que vai abrir para
129 comentários rápidos. O Conselheiro Sérgio Luis (Saúde) diz que gostaria de parabenizar
130 a Secretaria pela iniciativa, ressalta as preocupações da Secretaria da Saúde que são
131 trabalhar a questão dos desastres naturais e a capacitação, informa que tem interesse
132 em colaborar nas capacitações. O Conselheiro José Maria (MPE) diz que também
133 gostaria de parabenizar por ver logo no início o lançamento de um programa arrojado,
134 saindo daquela discussão bem/mau, meio ambiente/produtividade, algo já superado e
135 passa para algo mais efetivo que é exatamente a conciliação das duas políticas tendo
136 bases técnica, científica, econômica e diz que deveria agregar essas diretrizes de
137 desastres naturais aos prejuízos que as obras públicas sofrem em função de chuvas.
138 Sugere criar um componente no PPA para verificar isso, ressalta que o Estado tem uma
139 série de obras com problemas sérios. O Conselheiro Jair (Comunidade Científica/UFT)
140 parabeniza também e diz que o grande desafio é conciliar o desenvolvimento e a
141 sustentabilidade, e ressalta que sempre existiu uma dificuldade entre o uso dos recursos
142 hídricos e a conservação, e diz que tem muita polêmica quanto a questão de reservas e
143 diz que a preocupação da gestão anterior era polarização entre conservar e desenvolver,
144 acha que a sociedade não tem que perder a oportunidade de desenvolver e informa que
145 a Universidade está de portas abertas para as pesquisas. O Conselheiro Félix (SIC) diz
146 que também gostaria de parabenizar o Governo através da Secretaria, e ressalta que em
147 sua opinião, a abertura na nomenclatura da Secretaria, é muito oportuna, pois implica um
148 leque no que significa desenvolvimento sustentável e diz ainda que é muito pertinente a
149 apresentação das dez diretrizes e dar destaque especial a diretriz número três, gestão
150 ambiental municipal, talvez seja a oportunidade, já que esta estratégia parece flexível e
151 abrangente, fazer um resgate da Agenda 21, a nível de Estado e emanar um programa
152 que considere a transversalidade tendo como foco a ISO 1400 e seus derivados,
153 considerando a indústria, o comércio e o turismo como grandes demandadores de
154 matérias primas, e que devolve para a natureza seus resíduos sólidos, por isso poderia
155 envolver a sociedade civil, cooperativas e a federação das indústrias e os próprio
156 empresários nessa questão, pois eles sabem que isso abre espaço no comércio
157 internacional. O Presidente responde que esse tema não está reportado, mas a
158 Secretaria e o Naturatins estão alinhados, conversando, discutindo e diz que um aspecto
159 importante é que o Coema é um instrumento de política para que não fique essa coisa de
160 gestão A ou B, que essa é uma política de Estado, são temas que quem for secretário
161 hoje ou amanhã vai verificar que são importantes e diz que o Tocantins está sendo muito
160 feliz em dar essa guinada nas duas agendas, meio ambiente e desenvolvimento
161 sustentável, pois são temas essenciais para o Estado e para o processo de crescimento.
162 Em seguida informa que na reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos foi
163 discutido a criação de comitês de bacias, que serão os primeiros da região norte do país,
164 isto é só para vocês perceberem o dinamismo que queremos impor. Outro aspecto
165 importante é que o Coema co-responsabiliza todos os setores, então somos co-
166 responsáveis para realmente fazer uma política ambiental integrada e eficiente. Em seguida
167 o Presidente passa a palavra para a Secretária Executiva. A Secretária Executiva informa
168 que a Secretaria foi convidada a participar de uma reunião com o Banco do Brasil, em
169 janeiro, em que o banco alertava que a partir de junho deste ano nenhum imóvel rural
170 estará apto a receber financiamentos, mesmo de PRONAF, caso ele não tenha três
171 procedimentos principais: precisa estar licenciado, averbado a reserva legal ligada as
172 áreas de preservação permanente, e no caso de irrigantes a outorga. E seguida informa

173 que em levantamentos prévios foram detectado que em média são em torno de setenta
174 mil pequenas propriedades, desses, em torno de três mil tem licenciamento, ou seja, vai
175 ser um estrangulamento para a produção agrícola porque muitos produtores dependem
176 de financiamentos. Informa ainda que a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável se
177 reuniu com a Secretaria da Agricultura e Naturatins e fizeram uma proposição e gostaria
178 de mostrar quais seriam os passos para que não tenhamos um estrangulamento da safra
179 agropecuária do Estado do Tocantins. Inicia a apresentação informando que as ações
180 foram divididas em três prazos, as de curto prazo que vão até junho, de médio prazo até
181 dezembro e longo prazo que vão até 2014. O primeiro passo é o de hoje no qual
182 apresentaremos minuta de resolução criando normas e manuais simplificados para o
183 licenciamento do imóvel rural, em seguida revisaremos os enquadramentos dos
184 empreendimentos quanto ao porte pequeno, médio e grande, porque essa minuta que
185 estamos propondo hoje é para o pequeno produtor rural, mas o que é pequeno para cada
186 setor, avicultura, suinocultura, agricultura, pecuária, enfim o que é pequeno será definido
187 no primeiro momento, pela Câmara Técnica Temporária de Revisão da Resolução nº
188 07/05, finalizando uma primeira versão até o dia 02/04, em seguida apresentamos essa
189 versão para consulta pública via internet, no site da SDSRH e Naturatins, onde as
190 pessoas poderão fazer seus comentários, em 02/05 termina a consulta pública e faremos
191 um seminário de integração com os principais interessados, após isso apresentaremos
192 ao Coema no dia 23/05 essa análise do enquadramento dos empreendimentos, explica
193 que isso é necessário, devido ao questionamento de alguns empreendedores, por
194 exemplo, o avicultor com 100 mil aves é considerado grande, e na verdade é pequeno.
195 Dando prosseguimento informa que no final de maio a SDSRH apresentará legislação
196 pertinente sobre o cadastro ambiental rural, tratamento para silvicultura e pagamento por
197 serviços ambientais, ressalta que se compromete com essas proposições, mas que para
198 ser transformada em lei depende da Assembléia Legislativa do Estado e ressalta que
199 com essas ações de curto prazo irá agilizar bastante e quanto as ações de médio prazo
200 planejamos estruturar o Naturatins com a integração dos sistemas de informação e das
201 tecnologias de geoprocessamento do Estado, informa que teve uma primeira conversa
202 com os representantes da Seplan, Sr. Joaquin Cifuentes e Rodrigo para que todas essas
203 tecnologias de geoprocessamento sejam unificadas, porque tem um pouco na Seplan,
204 Seagro, Naturatins, SDSRH e o Ministério Público que começou o Labgel também,
205 portanto precisamos otimizar recursos utilizando uma mesma base, e que estes
206 instrumentos sejam disponibilizados e facilitados para a gestão pública. Em seguida
207 continua elencando as prioridades a médio prazo: melhorar o sistema de licenciamento
208 ambiental, informa que hoje temos o SICAM e a idéia é que o interessado no
209 licenciamento ambiental seja ele da propriedade rural ou atividade industrial possa entrar
210 na internet e saber onde está o licenciamento, o que ele tem que providenciar, o que
211 depende do Naturatins e o que depende dele mesmo. Outro passo é atualizar a base
212 cartográfica, com imagem de satélite com resolução própria para que se possa ver APP e
213 margem de rio de uma forma mais fácil. Outro passo é a validação do ZEE do Bico do
214 Papagaio no Coema e Conama, para que possamos ter a redução da reserva legal de
215 80% naquela região para 50%, nas áreas que forem recomendadas. Outro item é a
216 criação de regionais, ou seja, a desconcentração do Naturatins em pólos específicos,
217 facilitando o trabalho de protocolos e licenciamentos. Outra coisa é a capacitação de
218 pessoal do Naturatins e por último provisão de equipamentos e veículos, essa uma fase
219 para o outro semestre e um desafio gigantesco para o Alexandre. Em seguida a
220 Secretária Executiva apresenta as diretrizes a longo prazo que são: Fazer adequação
221 ambiental dos imóveis rurais com recursos do Fundo Amazônia, diz que está prevendo
222 um recurso do BNDES e Banco da Amazônia para fazer o licenciamento em blocos na
223 região norte do Estado, no entorno da Usina Hidrelétrica de Estreito e também na região
224 onde está se desenvolvendo os projetos de silvicultura. Fazer adequação ambiental dos
225 imóveis rurais via Pólos de Produção, informa que este é um projeto que estamos
226 buscando recursos junto a iniciativa privada, mas também junto a organismos públicos,
227 onde possamos fazer com que antes de chegar na silvicultura, na cana nós já tenhamos
228 o ordenamento territorial e o licenciamento dos imóveis rurais daquela região, de forma
229 que tenhamos possibilidade de ter as reservas legais em corredores unindo umas às
230 outras e definidas as áreas melhores para produção e conservação, tendo em vista a

231 legislação, os dados de vegetação, de solos e também os dados econômicos. Fazer
232 adequação ambiental do município de Taquatinga, colocamos 2012, mas provavelmente
233 até a Agrotins nós teremos condições de licenciar o município de Taguatinga, porque a
234 base já está pronta, as imagens de satélites também, toda a área está mapeada e nós
235 vamos garantir que Taguatinga já saia com as licenças das propriedades. Fazer
236 adequação ambiental do município de Palmas, colocamos 2012, mas também devemos
237 finalizar antes, pois o Dr. José Maria do Ministério Público fez um Termo de Ajustamento
238 de Conduta com a Saneatins que está investindo em imagens de satélite, com toda
239 tecnologia necessária para que Palmas seja mapeada, estamos somente esperando que
240 o mês de maio chegue e as nuvens permitam que as imagens sejam capturadas, e,
241 portanto, esperamos que Palmas esteja com o licenciamento apto até o final do ano ou
242 início de 2012 e também Criar o Batalhão Ambiental, esse incentivo para criação do
243 batalhão é para desonerar o Naturatins de trabalhar com a fiscalização no dia-a-dia,
244 permitindo que o Naturatins invista mais no monitoramento e no licenciamento. Outro
245 ponto é operacionalizar o FUEMA, pois hoje os recursos de taxa que são para
246 manutenção do Naturatins caem na conta do fundo e recursos para investimentos em
247 programas ambientais também caem no fundo, por isso fica difícil o Naturatins se manter
248 e essa regulamentação de como o fundo deve funcionar será fundamental. E a outra
249 ação é Criar Plano de Cargos Carreiras e Salários – PCCS do Naturatins, para que o
250 funcionário público possa atender melhor as demandas da sociedade. Finaliza dizendo
251 que estas são as proposições apresentadas depois de dias de discussão e estamos
252 trazendo aqui para os conselheiros, sendo que esta primeira resolução que receberam é
253 o primeiro passo e ressalta que tudo isso não poderemos fazer sozinhos se não tivermos
254 o apoio do próprio produtor rural e da sociedade. Se ficarmos dizendo agricultura e
255 produtor rural é contra meio ambiente e meio ambiente é contra a agricultura não
256 chegaremos a lugar algum, temos que trabalhar o bom termo, o bom senso, de forma que
257 para que tenhamos sucesso nesse trabalho precisamos do apoio dos produtores rurais,
258 estes precisam ser mobilizados via sindicatos rurais, federação da agricultura, temos que
259 capacitar esse produtor para que ele tenha uma idéia de como funciona a adequação
260 ambiental via mutirão, precisamos também captar recursos, pois isto custa caro, essa
261 tecnologia para o monitoramento e licenciamento, e precisa envolver uma quantidade
262 representativa dos produtores de uma forma bem adequada. E como funcionaria esse
263 licenciamento? Primeiro iremos investir em imagens cartográficas, entraremos no
264 mapeamento da propriedade rural, onde está a divisa da propriedade, realizar um
265 cadastro, depois regularizar a reserva legal e APP, o LFPR e depois a certidão de
266 regularidade fundiária, mas para fazermos isso teremos que trabalhar com paisagens ou
267 tendo o município como unidade ou a bacia hidrográfica, ou seja definir uma unidade
268 geográfica para análise, então trabalharíamos onde fica melhor para áreas protegidas
269 públicas, agricultura, reserva legal, RPPN, pastagens, onde precisa restaurar. E
270 complementa dizendo que teremos à disposição um software chamado Agrogeo, que traz
271 as informações da propriedade, número de matrícula, proprietário e todos os dados, e
272 traz também um cálculo da produção, quanto tem de área de cerrado, de transição, de
273 floresta e qual o déficit da reserva legal e APP, gera também mapa da propriedade. E
274 com a ajuda de outro software que chama Legalgeo, identificar, tendo dados de
275 vegetação, de solo, de legislação e econômico indicar para esse proprietário qual a
276 melhor solução para o déficit que porventura ele tenha. Em seguida Marli apresenta uma
277 simulação feita em uma propriedade real, nessa foi detectado déficit de APP e reserva
278 legal, e na primeira opção já indica ao proprietário o modo de fazer a restauração em
279 trinta anos como determina a legislação, optando por recuperar a parcela 1 primeiro e
280 depois na sequência 2,3, 4 até chegar ao trigésimo ano, ou ele pode fazer a opção
281 número dois que é fazer contenção com marcas, bandeiras, sem cerca para que as
282 máquinas agrícolas não cheguem a esse local, para que haja uma regeneração natural,
283 se tem banco de sementes perto essa regeneração acontece automaticamente. A outra
284 opção é o seguinte, a quinze quilômetros dessa propriedade existe outra propriedade
285 completamente conservada, e ele pode ter a opção de servidão florestal, de arrendar por
286 trinta anos para que ele transfira a reserva legal para aquela propriedade que está intacta
287 e aí abre-se a opção de negociação com outro proprietário que já está no banco de dados
288 e a outra opção há cinquenta quilômetros dessa propriedade tem um parque estadual

289 que foi desapropriado, mas o produtor não recebeu a indenização, portanto, esse
290 produtor que deve a reserva legal, pode ser desonerado se este adquirir a área e fazer
291 doação para o estado. Finaliza dizendo que esta é a proposição da Secretaria e que está
292 aberto para perguntas. A Conselheira Maria Antônia (Adtur) pergunta se Palmas e
293 Taguatinga foram escolhidas para serem referência. A Secretária Executiva responde
294 que Palmas foi escolhida devido ao termo de ajustamento de conduta, uma iniciativa
295 louvável do Dr. José Maria do Ministério Público Estadual, que fez a proposição para que
296 a Saneatins possa investir nessa área e Taguatinga foi porque o Incra já tinha feito o
297 levantamento das propriedades rurais e a TNC investiu na compra das imagens de
298 satélite, ou seja, o banco de dados está pronto. O Presidente ressalta que nada impede
299 que essas duas áreas possam servir como modelos. O conselheiro José Maria (MPE) diz
300 que essa experiência já ocorre no Mato Grosso, no município de Luca do rio Verde, e faz
301 parte também de um trabalho que está sendo feito em outros estados, e essas
302 experiências estamos fazendo para evitar entrar com demandas na justiça, acelerar o
303 processo de regularização, trabalhando com a base legal existente. Ressalta que existem
304 vários outros benefícios para os municípios, a principal delas é trazer para o município a
305 arrecadação do ITR, também pontua no ICMS Ecológico. A Secretária Executiva informa
306 que sem mais questionamentos passaremos para a análise da minuta de Resolução e
307 informa que a minuta encaminhada aos membros tem algumas alterações, porque nessa
308 minuta estava junto os assentamentos rurais e que foi retirado, mas que serão avaliadas
309 durante as discussões. A Secretária Executiva diz que gostaria de perguntar se os
310 membros estão aptos a votar ou se prefere ir item a item. O Conselheiro José Maria
311 (MPE) informa que essa votação não será possível hoje, em função da necessidade de
312 toda resolução ter que passar pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, mas acredita
313 que a discussão pode ser feita integralmente e posteriormente convoca a Câmara
314 Técnica, que com certeza o trabalho será bem rápido e destaca a importância dessa
316 Resolução que vai dar agilidade para o órgão ambiental e vai facilitar para o pequeno e
317 não é novidade já que está na Resolução Conama 237/2007 essa possibilidade. A
318 Secretária Executiva diz que por questão de esclarecimento essa minuta não passou pela
319 Câmara Técnica de Revisão da Resolução Coema nº 07 e de Assuntos Jurídicos,
320 pergunta se seria possível ela voltar para estas e depois para plenária? O Conselheiro
321 José Maria (MPE) informa que sim, que será discutida nas Câmaras e depois apresenta
322 relatórios para a plenária que deverá então votar. O Conselheiro Alexandre (Naturatins)
323 dá bom dia a todos e faz leitura do artigo 36 do Regimento Interno do Coema e faz a
324 proposta para que se discuta a minuta hoje e saia daqui com dois encaminhamentos, o
325 primeiro a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos verifica a legalidade da proposta e
326 segundo a convocação da próxima reunião extraordinária, para obedecer aos 15 dias
327 exigidos pelo regimento. A Secretária Executiva pergunta se os conselheiros se sentem
328 esclarecidos quanto as proposições do Conselheiro Alexandre e se sentem aptos a votar,
329 em seguida solicita a manifestação dos conselheiros quanto a proposição A votação foi
330 de treze a favor, dois contra e uma abstenção. Marli informa que vai ler item a item a
331 proposta e por consenso não será preciso a leitura dos considerandos. Marli inicia a
332 leitura do art. 1º é sugerida a inserção de termo "imóvel rural" e retirado o "a ser adotado
333 nos procedimentos de licenciamento". O Conselheiro Cassius (CREA) pergunta se não
334 seria necessário especificar o que venha a ser esse manual e diz que a pergunta é em
335 função da RT de responsabilidade técnica ser do Naturatins para que não incorramos em
336 erros depois, tendo em vista que o Naturatins é o responsável técnico pelo manual e ele
337 mesmo o fiscal do próprio procedimento a ser desenvolvido. O conselheiro José Maria
338 (MPE) informa que não participou das reuniões da composição, foi outro técnico, mas
339 que pelo que pôde conferir existem outras atividades que podem ter o licenciamento
340 simplificado, talvez colocar por adesão ao manual ambiental respectivo cria a obrigação
341 de seguir o manual e com relação a questão do CREA, acredita que a responsabilidade
342 do técnico vai ter que verificar na hora de apresentar a RT se está cumprindo todos os
343 itens do manual, realmente, o Naturatins não pode ficar como licenciador e responsável
344 técnico, e é bom que fique tudo muito bem claro. O Conselheiro Alexandre (Naturatins)
345 informa que o manual está sendo explicado no art. 3º da Resolução e este é assim como
346 a licença ou outorga é um ato administrativo expedido por um órgão público para
347 publicidade e, portanto, este será publicado em Diário Oficial e a questão da

348 responsabilidade técnica, o termo de adesão prevê a assinatura do empreendedor ou
349 proprietário rural e também do responsável técnico, para assegurar a implementação das
350 medidas propostas no manual e explica para Dr. José Maria que não colocou "respectivo
351 manual" porque está trabalhando basicamente com agropecuária, a idéia é expandir
352 essas licenças para as atividades consideradas de pequeno porte, mas não teríamos
353 pernas para fazer isso de imediato e entendemos também que isso deverá ser feito no
354 âmbito da resolução Coema 07/05, mas precisamos ter mais tempo, discutir mais porque
355 são vários grupos de trabalho. O Conselheiro José Maria (MPE) solicita esclarecimentos
356 e pergunta se o Manual é para o licenciamento ambiental que trata o imóvel rural? Alexandre responde que no momento sim. José Maria diz que precisa nominar ele. A
357 Secretária Executiva informa que está no artigo segundo e diz que são nove manuais:
358 cultura de ciclo anual, Pecuária, Fruticultura, Avicultura, Suinocultura, Aquicultura,
359 Silvicultura, Agroindústria. O Conselheiro José Maria esclarece que como vai ter outros
360 manuais para outras atividades é tecnicamente necessário deixar explícito o nome desse
361 manual, ou seja, manual do grupo agropecuário, para não ter dúvida. O Conselheiro
362 Cássius (CREA) diz que o manual destina-se a ordenar as medidas preventivas,
363 mitigadoras e compensatórias, está entendendo que o Naturatins está realizando uma
364 avaliação de impacto, então diz que volta a falar sobre a questão da responsabilidade
365 técnica do manual, pois tem que se tomar muito cuidado porque que ele mesmo está
366 fiscalizando o que ele mesmo determinou como impacto ambiental. Marli pergunta qual a
367 proposição do CREA de redação? Cassius responde que talvez o manual pudesse ter
368 uma Câmara Técnica com outra instituição que não seja o Naturatins, para não causar
369 esse choque. Marli sugere a Cassius que pense um texto. O Conselheiro Rosiran (CREA)
370 diz que sua preocupação é a mesma do Cássius e diz que quando se pensa em
371 licenciamento ambiental estamos falando do diagnóstico, prognóstico e pergunta se há
372 um entendimento que neste manual não haverá isso, vamos fazer apenas a
373 regularização florestal e diz que se sente mal analisando essa minuta sem conhecer o
374 manual. O Conselheiro Ailton (FAET) diz entender que o manual será como um termo de
375 referência, que define quais serão os tópicos que o técnico terá que ir na propriedade e
376 decidir, então a responsabilidade será do técnico. O conselheiro Corombert (SEAGRO)
377 diz que a adoção do termo manual se baseia no manual de boas práticas da Embrapa e
378 segue o preceito da sustentabilidade, e explica que existe um processo de certificação
379 formado pela Embrapa, baseado no manual de boas práticas e nela há uma certificação
380 não só da questão ambiental como práticas recomendáveis, como também a questão
381 social, não está só dentro da abordagem dos termos de referências ambientais, mas às
382 práticas agrícolas a serem adotadas e o respeito ao colaborador/trabalhador, portanto, é
383 mais abrangente que o termo de referência. O conselheiro Alexandre (Naturatins)
384 ressalta que a FAET foi muito feliz na colocação e ressalta que o representante do CREA
385 está esquecendo de observar que estamos tratando de empreendimentos com atividades
386 de impacto insignificante, conforme prevê a legislação, por isso esta modalidade de
387 licenciamento se destina ao empreendimento considerado de pequeno porte, portanto, o
388 manual chama o cidadão para aderir e se responsabilizar pelas medidas ali propostas,
389 obviamente que o manual não vai chegar a um nível mais específico de detalhamento,
390 mas que devem ser adotadas medidas que reduzam a poluição. Então a preocupação do
391 CREA com relação a responsabilidade técnica não é necessária porque esse profissional
392 sempre vai existir e será muito cobrada, porque o Naturatins vai passar a representar ao
393 CREA aqueles profissionais que não cumprirem o procedimento. O que não podemos
394 continuar é com o procedimento arcaico, e diz que fala isso com muita liberdade, pois
395 noventa por cento dos estudos ambientais são cópias, são todos irmãos, um verdadeiro
396 faz de contas, a proposta é para que efetivamente tenha medidas mitigadoras e
397 compensatórias implementadas, não escritas, porque o papel aceita tudo. Complementa
398 dizendo que se observam esses anos todos é que a grande maioria das medidas são de
399 papel, informa que esta é uma proposta nova de trabalho, vamos sair da caneta, essas
400 questões de responsabilidades técnicas e responsabilidade do órgão passa a existir a
401 partir do momento que ela publica seu ato administrativo e por isso está muito clara a
402 responsabilidade e do prestador de serviço, do responsável técnico dentro do processo. O Conselheiro Rosiran (CREA) diz que no art. 3º não deixa nada claro, o licenciamento previsto nesta resolução. A Secretária Executiva destaca que estamos indo e voltando, e

403 que será considerada todas as proposições, mas que devemos ir item a item para que os
404 outros conselheiros não se percam e se no final ainda não contemplar as proposições
405 voltamos e acrescentamos. O Conselheiro Cassius ressalta que deve colocar a questão
406 do responsável técnico do manual e RT de execução de tudo, pois isso não é cobrado
407 até hoje, essa ART já seria o compromisso do responsável técnico em executar os
408 procedimentos exigidos no manual. A Secretária Executiva faz a leitura do art. 2º e
409 solicita a manifestação dos conselheiros. O Conselheiro Alexandre solicita a modificação
410 do termo "solicitação do licenciamento ambiental" por "expedição do licenciamento
411 ambiental", outra sugestão é acrescentar no final do parágrafo *"de acordo com resolução
412 Coema nº 07/05"*, ressalta que o enquadramento será discutido posteriormente. Em
413 seguida faz leitura do art. 3º e solicita as considerações dos Conselheiros. O Conselheiro
414 Aírton (FAET) diz que da maneira como está vai retirar o responsável técnico, sugere que
415 seja para subsidiar, pois se for substituir não terá serviço para ninguém. O Conselheiro
416 Alexandre diz que acha que os conselheiros não estão entendendo e ressalta que não
417 queremos estudo ambiental para atividades de pequeno porte, apenas o projeto
418 executivo que já vai estar no manual. O conselheiro Aírton (Faet) diz que se o LFPR vai
419 seguir as normas da Coema 07/05, então obviamente tem que ter os estudos. O
420 conselheiro Alexandre pergunta qual o estudo ambiental do LFPR que ele está falando. O
421 conselheiro Aírton (Faet) responde que é definir a área de preservação permanente. O
422 conselheiro Alexandre diz que perguntou de estudo ambiental. O conselheiro Aírton
423 (Faet) diz que área de APP, reserva legal. O conselheiro Alexandre (Naturatins) diz que
424 vai ser claro, hoje o produtor tem que fazer LFPR, outorga e licenciamento ambiental, e
425 ele vai fazer um só, ninguém está tirando mercado do prestador de serviço e pergunta o
426 que está sendo excluído? O conselheiro Aírton (Faet) diz que no seu entendimento nada.
427 O conselheiro Alexandre (Naturatins) responde que são os Projetos Ambientais. O
428 conselheiro Aírton (Faet) diz que nesse caso especificamente é o licenciamento da
429 atividade e não da propriedade, que necessita do LFPR que no caso agropecuário é
430 noventa por cento. Alexandre diz que acaba com a licença e entra com os
431 procedimentos, ou seja, adote os procedimentos e reafirma que não está tirando mercado
432 de ninguém só não quer "ctrl c + ctrl v" em todos os projetos ambientais e chama a todos
433 para ser franco, se o CREA acha que o técnico tem competência e se este não fizer de
434 acordo com o manual, o Naturatins vai denunciar o profissional ao CREA que é quem é
435 responsável pelas profissões, não o Naturatins. E a nossa proposta é pegue a sua
436 licença e adote os procedimentos. O que não queremos é que sejam feitas as mesmas
437 medidas para todos os empreendimentos e eu tenha que disponibilizar minha equipe
438 para analisar papéis que são a mesma coisa. O Conselheiro Aírton (Faet) ressalta que
439 com relação a adesão ao manual deverá apresentar uma série de exigências e deve ter
440 uma resolução global como a resolução Coema. O conselheiro Alexandre (Naturatins) diz
441 que a norma não mudou, cita o exemplo de suinocultura, onde você tem que prevê o
442 tratamento de efluentes e todas as outras exigências, o que estamos propondo é dar a
443 licença dizendo faça, e pergunta o que muda nessa relação e ele mesmo responde que é
444 a comodidade, pois não terá que enviar um monte de papéis para o Naturatins, que na
445 sua visão não vale absolutamente nada, diz que não está fazendo críticas a fulano ou
446 sicrano, está dizendo pela experiência que tem, pois acompanhou a grande maioria dos
447 estudos ambientais. O Presidente Divaldo ressalta que é importante ficar claro qual a
448 disposição dessa ação, *"olha está aqui sua licença e você vai ter que cumprir essas
449 responsabilidades"* e diz que esta é uma forma de avançar dando credibilidade aos
450 diferentes seguimentos, mas que depois estas questões serão checadadas e monitoradas,
451 aquele tempo que o técnico do Naturatins iria gastar analisando documentação irá gastar
452 orientando e fiscalizando o produtor, e continua dizendo que está invertendo dentro de
453 uma ação possível e é vantagem para todo o setor, desafoga o órgão ambiental, facilita o
454 licenciamento e diz que temos que ver isso como um avanço significativo. A Secretária
455 Executiva diz que em nenhum momento o responsável técnico deixará de fazer parte do
456 procedimento, a partir do momento que o produtor assina a adesão o responsável técnico
457 deverá assinar junto. Informa que tem cinco inscritos que após estas intervenções
458 passará ao item seguinte. Em seguida diz que gostaria de dar um exemplo de quando era
459 presidente do Naturatins, onde na análise de um processo que dizia o que iria fazer o
460 processamento dos chifres e do couro do peixe, ou seja, pegou um projeto de matadouro

461 e transformou em piscicultura. O Conselheiro Rosiran (Crea) diz que acha uma pena
462 pensarem que todos os profissionais fazem cópias e ressalta que isso não é uma regra.
463 Complementa dizendo que cumprir o processo de fiscalização é tão importante quanto
464 esses procedimentos de licenciamento. O Presidente Divaldo diz que o tempo que se
465 gasta com licenciamento chegaremos até o ano de dois mil e cinqüenta e não teremos as
466 licenças concedidas. E diz que a questão dos maus exemplos não significa nada, só que
467 agora o responsável técnico vai acompanhar isso e executar o que está previsto, não
468 alterou nesse sentido, agora se seguirmos nesse procedimento preparar documento,
469 enviar para o Naturatins e este avaliar nunca vamos finalizar e ressalta que está tendo
470 uma cobrança muito grande, principalmente do setor agropecuário e por isso temos que
471 dar uma resposta a estas demandas, isso não tira a questão da responsabilidade técnica
472 ou capacidade técnica, mas claro tem exceções, mas isso é para empreendimento de
473 baixo impacto, nada mudou para os de grande porte. O conselheiro Rosiran (Crea)
474 pergunta onde estará as ações de diagnóstico e prognóstico ambiental, redução de
475 impacto e diz que por mais que seja pequeno essas coisas são necessárias. O
476 Conselheiro Corombert (Seagro) informa que imaginou que os conselheiros fossem
477 polarizar as discussões em cima do seu ator principal que é o produtor, ressalta que está
478 polarizada na questão do técnico que presta serviço, mas é imprescindível que vocês
479 conheçam os manuais e informa que estes serão discutidos posteriormente, tanto que até
480 essa discussão deixa de ter essa finalidade porque vai passar primeiro pela Câmara
481 Técnica de Assuntos Jurídicos, talvez algumas alterações que estamos aqui discutindo
482 seja discutido posteriormente, então a proposta é que essa minuta seja encaminhada para a
483 Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e nesse intervalo vocês estarão conhecendo os
484 manuais, estes são certificados por instituições do mundo todo, a instituição parceira é a
485 Embrapa que não precisa de muitas referências, pois é reconhecida e acha bom
486 preocupar com o produtor, que é aquele que mesmo contratando não executa e o
487 processo que estamos trabalhando é como uma validação do conhecimento da
488 preocupação não só da prática da atividade agropecuária, mas também da prática
489 ambiental, que como apresentado no início da reunião é uma diretriz da Secretaria de
490 Desenvolvimento Sustentável e é também da Secretaria da Agricultura a participação
491 efetiva do produtor no processo da sustentabilidade e diz que gostaria de pedir a
492 compreensão, que o ator principal dessas setenta e seis mil propriedades e que quase
493 oitenta por cento delas são de pequenos produtores, que estão aleijados desses
494 procedimentos ambientais e com esse licenciamento unificado passa a conhecer e
495 desenvolver uma atividade, diz ainda que algumas atividades vão ser a própria servidão
496 florestal, pois tem propriedades que não tem capacidade de produção nenhuma e finaliza
497 dizendo que propõe suspender essa discussão e voltar depois da avaliação da Câmara
498 Técnica de Assuntos Jurídicos. O Conselheiro Jairo (FIETO) diz que gostaria de dizer
499 que essa discussão é um avanço significativo, parabeniza os pensadores dessa
500 proposta, evidentemente que a Federação quer ver isso no futuro ser estendido ao
501 seguimento da indústria e as áreas urbanas, diz ainda que defende a questão das
502 desburocratização e da simplificação. O Presidente Divaldo informa que essas atividades
503 desse porte, todo mundo já conhece diagnóstico e prognóstico, agora o importante é
504 quando o produtor ou proprietário recebe o manual ele assume que vai implementar e
505 para isso necessita do responsável técnico, uma pessoa que vai assessorá-lo, se fizer
506 bem feito ótimo e se tiver problema o Naturatins vai informar ao CREA dessa situação e
507 diz que discorda de Rosiran porque esse tipo de baixo impacto não há necessidade de
508 fazer um PA completo e gastar tempo do consultor que poderia estar apoiando o
509 proprietário em outras atividades, como por exemplo, como ele vai agregar valor a sua
510 produção, como vai aprimorar seu acesso ao mercado e diz que precisamos redirecionar
511 isso de uma forma mais estratégica e eficiente. O Conselheiro Alexandre (Naturatins) diz
512 que é importante deixar claro que a proposta jamais teria a pretensão de atropelar a
513 legislação ambiental, informa que a norma não mudou em absolutamente nada, o que
514 estamos fazendo é uma prerrogativa dada pelas Resoluções Conama nº 001 e 237, que
515 faculta aos órgãos licenciadores adoção de procedimentos simplificados para
516 empreendimentos ou atividades de impacto insignificante, ou seja, estou esclarecendo ao
517 Conselho que foi levado em consideração principalmente a faculdade gerada pelas
518 normas. O Conselheiro Cassius (Crea) diz que é favorável a proposta, que este é um
519

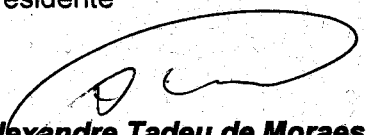
520 avanço grande para a atividades e faz uma proposta de texto para favorecer todos,
521 sendo: "os técnicos indicados a RT referente a LAU responderão pelo acompanhamento
522 e monitoramento do empreendimento, que deverá estar em conformidade com os
523 documentos técnicos apresentados ou referente ao manual" e explica que inseriu o termo
524 "referente ao manual" como forma de proteger o Naturatins, pois se o Naturatins ficar
525 responsável pelo manual poderá incorrer na situação de ele mesmo está determinando
526 medidas de impacto e fiscalizando. E ressalta que é para resguardar o Naturatins da
527 função que lhe é pertinente. A Secretária Executiva informa que existe a proposição do
528 Corombert para encerrar a discussão e existem três pessoas inscritas, diz que vai passar
529 para os inscritos e depois colocará em votação a proposta da Seagro. A Conselheira
530 Maria Antônia (Aduar) solicita a palavra e diz que não está falando como representante da
531 Aduar, mas que gostaria de dar um exemplo em função dessas discussões, pois os dois
532 últimos anos estava fora do estado e conciliou as funções de consultora e proprietária
533 rural e que não fez nenhum licenciamento no Naturatins, mas como proprietária de uma
534 pequena chácara empreendeu uma atividade de produção de hortaliças orgânicas e
535 sentiu na pele o que é ser um produtor rural e diz que é quase impossível você licenciar e
536 informa que é geógrafa, com mestrado em meio ambiente, conhecedora dessas
537 discussões e que tem vinte anos de Estado e a dificuldade que encontrou foi tão grande,
538 que o pequeno produtor rural analfabeto às vezes, se vê vítima da burocracia e
539 complementa que quando leu essa proposta de resolução concordou com os colegas,
540 mas que na verdade não está discutindo somente a unificação do processo administrativo
541 dentro do órgão e sim a simplificação do conteúdo técnico para se chegar a essa licença,
542 e quanto ao responsável técnico talvez deixar claro é que este será responsável pela
543 elaboração e execução, mesmo que nem sempre seja necessário. E complementa que o
544 Naturatins sabe que os técnicos do Naturatins tem que ter RT de função e aí é o CREA
545 que vai fiscalizar o prestador de serviço e o próprio Naturatins, mas isso a Lei prevê,
546 portanto, não precisamos ficar aqui discutindo isso. O Conselheiro Paulo (ATM) diz que
547 essa discussão é para beneficiar os pequenos produtores e informa que está nos
548 municípios e assiste todos os dias a desvalorização da classe produtiva, pede desculpas
549 aos profissionais, mas que aqui não está se discutindo emprego, e explica que o
550 desespero da classe produtiva em buscar esses profissionais para contratá-los por cinco,
551 seis, oito anos sem conseguir licenciar seu empreendimento e recebendo desculpas. Em
552 seguida parabeniza a iniciativa e diz que precisava acontecer alguma coisa que alivie a
553 situação dessas pessoas, diz que conhece inúmeros desiludidos, porque hoje é muito
554 grave a situação, morar numa propriedade há cinquenta anos e ter quinhentas cabeça de
555 gado e não conseguir aprovar um financiamento devido à burocracia e após a sua cerca
556 chega um empreendimento do INCRA que tem todo o poder de licenciamento facilitado, o
557 produtor de lá só tem um CPF e nenhuma cabeça de vaca consegue e o de cá consegue
558 desilusão e complementa dizendo que acha que o CREA tem também nesse ponto que
559 dar uma orientada aos profissionais, os municípios sofrem com isso também, pois os
560 projetos são revisto até dez vezes e não se chega a um entendimento e perde o recurso,
561 tem que ser ampla essa discussão, mas é preciso ser aprovada alguma coisa que facilite
562 a vida dessas pessoas. O Conselheiro Félix (SIC) sugere substituir o art. 3º a palavra
563 "adesão", porque se é adesão é uma alternativa. O conselheiro Alexandre responde
564 dizendo que a adesão é uma opção mesmo, porque quem não quer vai para o
565 procedimento normal, o que estamos propondo é entregar a licença e o manual, e esse
566 proprietário compromete-se a implementar as medidas indicadas no manual, caso
567 contrário, para alegria do Rosiran, ele pode fazer o diagnóstico e prognóstico, ou seja, é
568 uma opção, assina o prestador de serviço, porque esse passa a ter a responsabilidade
569 pela implementação das medidas e se não implementar será denunciado ao CREA e se o
570 Naturatins verificar que não foi implementado vai multar o empreendedor e levar o nome
571 desse responsável técnico ao CREA, porque acho que essa é a nossa função e o
572 prestador de serviço que por sua vez tenha sido co-responsável pela implementação das
573 medidas vai pagar, terá que melhorar seu contrato, ou seja, formalizar um contrato mais
574 robusto, onde ele terá o direito de falar você vai implementar, e diz ainda que isso é
575 normal, porque as vezes o prestador de serviço põe uma série de medidas que as vezes
576 não são implementadas pelo proprietário, ou seja, ele irá verificar se o proprietário
577 cumpriu ou não cumpriu, se não cumpriu cabe a ele tomar as medidas. E informa que

578 nunca chegou ao CREA, apesar de conviver diariamente com essa situação da
579 fragilidade dos ambientalistas, ou a qualquer conselho representação do Naturatins
580 contra qualquer profissional, mesmo que o Naturatins encaminhe solicitação de
581 complementação dos projetos diversas vezes. Cita o exemplo de um abatedouro que
582 fazia três abates por dia e que levou quatro dias para resolver o problema, isso ele e mais
583 diretores e outros técnicos, imaginem o ônus que isso traz para o órgão, é um tempo
584 precioso, principalmente quando estamos falando de pequenas atividades, é muita falta
585 de responsabilidade com o dinheiro público. A Secretária Executiva informa que temos
586 dez artigos e estamos no terceiro e que o Corombert fez uma proposição que seria
587 encerrar a discussão agora e passar para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos para
588 depois voltar a plenária, em seguida coloca em votação. O resultado foram treze
589 favoráveis, dois contra e uma abstenção. A Secretária Executiva encerra a discussão e
590 informa que provavelmente será convocada uma reunião extraordinária para daqui a
591 quinze dias, em seguida passa a palavra para o Presidente, que seguindo a pauta abre a
592 palavra livre. O Sr Osmar Pinheiro, coordenador de fiscalização do CREA, diz que ver
593 com bons olhos os avanços que precisam ser feitos e coloca o setor de fiscalização do
594 CREA à disposição para que possam agir juntos no sentido de punir o mau profissional,
595 com rigor para que o produtor não seja prejudicado. O Presidente responde que toda
596 parceria é bem vinda e diz que isso valoriza o profissional. O conselheiro Alexandre
597 agradece as palavras e diz que o Naturatins tem um maldito cadastro de profissionais,
598 que acha inadmissível, pois esse trabalho deveria ser feito por seus respectivos
599 conselhos, não pelos órgãos ambientais e informa que uma de suas próximas metas é
600 eliminar esse cadastro de prestadores de serviço, com tendência ao corporativismo e
601 complementa que quer cada vez mais contar com o CREA, para auxiliar o Naturatins na
602 execução dessa missão. O conselheiro Ailton (FAET) diz que a Federação pensa única e
603 exclusivamente na produção agrícola abarcando o meio ambiente e diz que é
604 importantíssimo essa nova postura e que apóia integralmente o Naturatins e coloca a
605 Faet à disposição para compartilhar junto aos proprietários e sindicatos rurais na questão
606 da fiscalização e acha que a discussão deveria ir até o final, para ganhar tempo, pois não
607 é fácil para se deslocar e informa que veio de Araguaína exclusivamente para essa
608 reunião, e diz que poderia aproveitar mais essas horas restante e discutir mais, pois após
609 o retorno desta a plenária terá que ser discutida novamente e diz que vai perder tempo
610 precioso dos profissionais que estão aqui presentes, e finaliza dizendo que a Federação
611 está totalmente favorável a essa proposta. O Presidente ressalta que esses são os
612 dissabores da democracia. A Conselheira Ana Márcia (Seinf) diz que partindo do
613 princípio que essa nova gestão sentiu a necessidade que precisa aproximar mais o
614 Naturatins do pequeno produtor, gostaria de propor após a discussão do anexo da
615 Resolução 07, definir o que é pequeno porte e que crie um sistema de licenciamento para
616 os demais. O conselheiro Alexandre (Naturatins) diz que como falou anteriormente a idéia
617 é estender para todas as atividades, mas que isso deverá ser feito com um pouco mais
618 de discussão, pois seria muito afogamento fazer tudo de uma vez. O Presidente diz que
619 gostaria de complementar que avançando nesse os outros se tornarão mais fáceis, pois
620 iremos aprimorando o processo. O conselheiro Alexandre informa que se fossem fazer
621 todos de uma vez seria mais ou menos trinta e oito manuais para elaborar. O Conselheiro
622 Bruno (MPE) diz que aproveitando a presença do Crea, queria saber como vai funcionar
623 a fiscalização do Crea dos profissionais que trabalham e não recebem o piso mínimo. O
624 Sr. Osmar informa que o piso mínimo salarial está estabelecido na Lei 4.950-A e o Crea
625 tem cobrado, mandado constantemente ofício a todos os administradores no sentido de
626 respeitar a lei e ressalta que não pode obrigar, diz que tem oferecido denúncia ao
627 Ministério Público e a justiça é que tem que agir nesse sentido, porque o Crea fez o que
628 estava ao seu alcance. O Presidente agradece a presença de todos e convida Alexandre
629 para encerrar a reunião. O conselheiro Alexandre agradece também a presença de todos
630 e diz que a discussão foi boa e que quando resolveu voltar para o Tocantins, o que mais
631 pesava era que por ser servidor da casa o incomodava muito a situação do Naturatins
632 nunca dá respostas, então isso não é uma idéia nova, está previsto desde 2007, discutida
633 em 2001 por três dias no Parque Estadual do Cantão, era para ser inserido no âmbito da
634 Resolução 07, mas acho que agora é a hora política para implementar, porque a situação
635 está insustentável, hoje temos mais de dois mil processos sem qualquer manifestação no
636

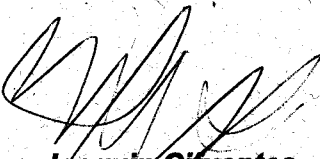
637 Naturatins. Informa que a primeira conversa com Divaldo foi sobre esse assunto. Diz que
638 é essa a estratégia adotada, e ressalta que estes licenciamentos deveriam ser feitos pelo
639 município, mas que estes não o fazem, a não ser Palmas, mesmo recebendo o ICMS
640 Ecológico não implementam as ferramentas de gestão. Diz que fica muito constrangido
641 com a situação, pois foi idealizador do LFPR e que o Estado não estava preparado para
642 aquela ferramenta que foi pensada, então o próprio órgão ambiental não se preparou
643 para a demanda que estaria por vir e ficou mais assustado com a determinação das
644 instituições de financiamento que só concederá financiamento com licença ambiental e
645 ressalta que esta foi uma demanda do Tocantins que foi o primeiro a cobrar do Basa
646 sobre financiamentos sem a exigência de licença ambiental. Diz que essa discussão será
647 longa, porque esta é somente a ponta do iceberg do que precisamos fazer para reverter
648 esse processo. Continua dizendo que pretende trabalhar muito em questão de
649 procedimento de licenciamento ambiental. Como foi dito todas as atividades enquadradas
650 na Coema 07 serão revistas, inclusive os portes. Mas o importante é ter um processo
651 democrático, participativo, entendemos que melhora o objetivo final, pela idéia inicial
652 gostaríamos de sair com essa minuta aprovada, mas não estou chateado, muito pelo
653 contrário, estou feliz com a oportunidade de debater, e ter mais oportunidade para discutir
654 só vai fazer crescer o entendimento de todos. Gostaria de informar que os manuais
655 passarão a ser deliberado pelo Coema, pois será mais democrático. E seguida encerra a
656 reunião. A Secretária Executiva solicita a indicação dos representantes na Câmara
657 Técnica de Assuntos Jurídicos, caso tenham mudado. Desta forma, a ata uma vez
658 aprovada pelo plenário do COEMA, será assinada por mim, Marli Teresinha Santos,
659 Secretária Executiva, pelo Presidente do COEMA e pelos demais conselheiros.

Divaldo Rezende
Presidente

Marli Teresinha Santos
Secretária Executiva


Alexandre Tadeu de Moraes Rodrigues
Presidente do Naturatins

Vanda Maria Gonçalves Paiva
Secretaria do Planejamento


Joaquin Cifuentes
Secretaria do Planejamento

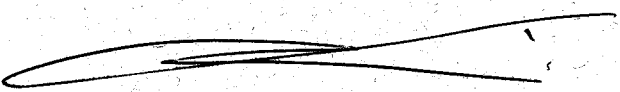
Álan Rickson Andrade
Secretaria de Ciência e Tecnologia


Ana Lídia de Freitas Rezende
Secretaria de Ciência e Tecnologia

Maria Teresa Barbosa Soares
Secretária da Educação e Cultura

Elvira Noredina Gemelli Herberts
Secretaria da Educação e Cultura

Félix Valois Guará Bezerra
Secretaria da Indústria, do Comércio e do Turismo


Vilmar Carneiro Wanderley
Secretaria da Indústria, do Comércio e do Turismo

André Carneiro
Secretaria de Infraestrutura

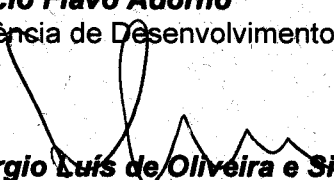
Ana Márcia Fernandes da Cruz Aires
Secretaria de Infraestrutura

Lúcio Flavo Adorno

Agência de Desenvolvimento Turístico


Maria Antônia Valadares

Agência de Desenvolvimento Turístico


Sérgio Luís de Oliveira e Silva

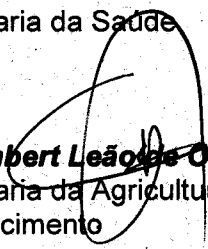
Secretaria da Saúde

Adriane Feitosa Valadares Cavalcante

Secretaria da Saúde

Jaime Café de Sá

Secretaria da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento


Corombero Leão de Oliveira

Secretaria da Agricultura, Pecuária e
Abastecimento


Anuar Jorge Amaral Cury

Procuradoria-Geral do Estado

Ana Flávia Ferreira Cavalcante

Procuradoria-Geral do Estado

José Maria da Silva Júnior

Ministério Público Estadual

Bruno Machado Carneiro

Ministério Público Estadual


João Paulo Ribeiro Filho

ATM

Neila Pereira dos Santos

ATM

Félix Francisco dos Santos Neto

Polícia Militar

João Batista de Souza Alves

Polícia Militar

Antônio Rodrigues da Silva Neto

Saneatins


Diogo Pedreira Lima

Saneatins

Deputado **José Viana Póvoa Camêlo**

Assembléia Legislativa

Deputado **Raimundo Ulisses Wilson Sampaio**

Assembléia Legislativa


Joaquim Henrique Montelo Moura

IBAMA

Lenine Barros da Cruz

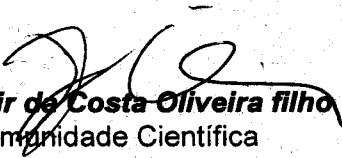
IBAMA

Rosiran Rodrigues Barros

CREA


Cassius Ferreira Gariglio

CREA


Jair de Costa Oliveira Filho

Comunidade Científica

Alexandre Barreto Almeida dos Santos

Comunidade Científica

Evalcy P. Silva

Evalcy Pereira da Silva
Comunidade Indígena

Paulo André Ixati Oliveira Karajá
Comunidade Indígena

Roberto Magno Martins
FIETO

Jairo Soares Mariano
FIETO

Angélica Beatriz Corrêa Gonçalves
Organizações Não-Governamentais

Marcos Vinício Batista
Organizações Não-Governamentais

Airton Teixeira
FAET

Paulo Sérgio da Rocha
FAET

Raimunda Nonata Nunes Rodrigues
FETAET

Manoel Barbosa Moraes
FETAET

Magda Floripes Ferreira Fernandes
FECOMÉRCIO

Nilva Aparecida Pacheco Bezerra
FECOMÉRCIO

Instituições Ausentes:

Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Assembléia Legislativa

IBAMA

Comunidade Indígena

Organização Não-Governamental/Ecoterra

Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Tocantins- FETAET